



GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges
Marta Ioris (Universidade Federal de Santa
Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot
(Departamento de Ciências Sociais UFPB) -
Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) -
Debatedor/a, José Mauricio Paiva Andion Arruti
(UNICAMP) - Debatedor/a

Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na última RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam os processos identitários étnicos e territoriais, com especial atenção às dinâmicas da organização social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder e de modos de significação e elaboração étnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos analíticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferenciação, a alteridade, a gerada e reproduzida através de constantes fluxos culturais. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de mudança (sociais, políticos e econômicas), as elaborações de cosmologias e manifestações simbólicas, bem como os quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Também bemvindas são as contribuições que abordam as unidades sociopolíticas em diferentes escalas, como famílias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alianças se efetivam no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, assim como as variações na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.

Um pra você, muitos pra gente?: situação política e distintividade intra-étnica no povo Kiriri.

Autoria: Gabriel Novais Cardoso

O presente work busca analisar, à luz das discussões contemporâneas acerca dos índios do Nordeste e seus processos de etnogênese e afirmação étnica-identitária, a atual situação política Kiriri sob a ótica dos seus processos de cisão interna ou seccionalistas, em articulação com as dinâmicas de constante produção da identidade étnica desse povo. Assim, se propõe uma reconstituição do contexto histórico mais amplo dentro do qual o povo Kiriri passou por sistemática negação de sua identidade/especificidade étnica, onde, se por um lado se nega uma identidade diferenciada e detentora de direitos, por outro, se recusa uma completa integração à sociedade envolvente sob o signo da distinção étnica pelo negativo: o caboclo, onde é marcada a ausência de diacríticos definidores de uma indianidade homogênea, forjada no imaginário nacional e instrumentalizada, muitas vezes, contra grupos étnicos específicos. Por outro lado, pretende-se localizar os processos recentes de cisão intra-étnica nesse contexto mais amplo de luta pela retomada de território e pelo reconhecimento étnico, argumentando em favor de uma multidimensionalidade da identidade étnica que não se constrói tendo por referência somente uma sociedade nacional/englobante ou um outro não-indígena enfim, mas que é passível de disputas internas ao próprio grupo étnico, na definição de uma indianidade mais legítima, ou de modos diversos de ser Kiriri que mais que se negarem mutuamente, parecem se complementar numa constante dinâmica de produção e atualização de uma identidade Kiriri perpassada não só por diálogos constantes com outros povos indígenas e com o aparato institucional-



burocrático do governo brasileiro, mas com as próprias divergências e multiplicidades de interpretações internas à esse povo. Assim, num segundo momento é apresentada a escola indígena Kiriri como um exemplo privilegiado de espaço de "fronteira" para a observação dessas dinâmicas de produção da identidade Kiriri. Ou seja, um espaço que se por um lado se apresenta enquanto instituição externa e impõe aos índios uma série de procedimentos burocráticos e conhecimentos diversos, por outro passa a ser apropriada enquanto instrumento de produção da indianidade Kiriri. Exemplos disso são a produção de "Toantes", por partes dos alunos mais jovens, para o ritual do Toré, bem como o ensino dos "bons modos" para esse momento, além de iniciativas, a partir da escola, de "retomada da língua dos antigos" que ainda seria falada pelos "encantados" Kiriri, ainda que não mais falada entre o povo em questão. Por fim, é discutida a distintividade intra-étnica nesse grupo, a partir da dinâmica de uma afirmação de unidade em relação à sociedade envolvente que não exclui a defesa de uma variedade de modos de "ser" Kiriri.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

